

Esta edição da Revista RET-SUS traz uma boa notícia para quem se dedica à Educação Profissional em Saúde no Brasil. Aliás, é uma notícia boa e grande, distribuída ao longo de seis páginas. Não sobrou nem espaço para a entrevista...

Lembra do Profae? Aquele Projeto gigantesco que formou quase 300 mil trabalhadores da área de enfermagem em auxiliares ou técnicos? Pois é possível que ele gere um fruto maior e do que ele próprio, bem naquele estilo do discípulo que supera o mestre. É que a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, está tentando negociar um Profae 2, maior e mais amplo, voltado para diversas profissões da área da saúde. Se você ainda não tinha ouvido falar nisso, fique à vontade: nesta Revista você será apresentado ao Profaps (Projeto de Formação Profissional na Área da Saúde), ou ao seu protótipo.

Tomando como gancho o Seminário Internacional Educação Profissional em Saúde, que aconteceu em Salvador, no mês de julho, passemos pelo Profae, identificando seus melhores resultados e seus principais problemas e tentamos fazer aqui, em menor escala, aquilo que era um dos objetivos do evento: discutir, com a participação das ETSUS, os melhores formatos, administrativos, pedagógicos, gerenciais, dentre muitos outros, para o Profaps, se ele de fato se tornar realidade. Aproveite para se inserir nesse debate.

Na seção que traz as notícias das ETSUS, dá para perceber que o que não falta é trabalho. Tem formação do ACS para todos os lados. Mas tem também THD, Técnico

de Enfermagem e até um curso novo, da Escola do Espírito Santo, de Técnico de Vigilância em Saúde, englobando conteúdos das três vigilâncias. Há ainda trabalhos de extensão nas diversas áreas e um bocado de cooperação.

Você vai perceber também que esta edição está cheia de eventos. Além do Profae, temos uma matéria sobre o Congresso do Conasems e outra sobre o Congresso da Rede Unida. Não nos culpe: a agenda desse segundo semestre de 2006 está mesmo apertada. Em um, o Pacto de Gestão foi a estrela da festa; no outro, quem ocupou muitos espaços foi a Educação Permanente.

E já que falamos em evento, aproveite para se preparar para a próxima Revista, porque nela você lerá a cobertura completa sobre o Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, que já terá acontecido quando esta Revista chegar às suas mãos, junto com o Abrascão. Como alguns de vocês tiveram trabalhos aprovados no Fórum, quem sabe não teremos nos encontrado por aqui, no Rio de Janeiro, mais especificamente no stand da RET-SUS?

Por fim, não estranhem a assinatura. A coordenadora da Secretaria Técnica da RET-SUS, Renata Reis, estará ausente por quatro meses, para curtir sua licença maternidade e cuidar da 'cria'. Enquanto isso, fico por aqui, ocupando provisoriamente esse espaço. No fim, está tudo em casa.

Um abraço,

Cátia Guimarães
Editora da Revista
RET-SUS



Gostaria de parabenizá-los pelo excelente trabalho desenvolvido nesta revista. Pois nela, nós leitores podemos tomar conhecimento acerca das políticas públicas educacionais em saúde que se desenvolvem no Brasil. Forte Abraço e sucesso.

Cláudio M. Filho
Manaus - AM

Agradeço a todos da RETSUS pelo empenho em fazer uma revista informativa quanto às discussões das temáticas que circunvizinham as ETSUS. Muitas outras instituições já tentaram tal ousadia, mas vocês perseveraram, independente das adversidades: verdadeiras, falsas ou inoculadas. Parabéns.

Ériko Duarte

É de extrema importância tal meio de comunicação (a revista) uma vez que mantém a comunidade não somente da área de saúde, mas também de todos os meios, informada de tudo que vem acontecendo, pois é de total direito da população. Agradeço pela atitude dos responsáveis.

Rafael Marcelino dos Santos
Missão Velha - CE

Felicitações a todos que fazem a revista RET-SUS pela qualidade tanto temática quanto gráfica. Recebo a revista há um ano, ela tem me ajudado nas discussões em sala de aula na escola de enfermagem de natal - UFRN - e na base de pesquisa de educação em enfermagem, do programa de pós-graduação em enfermagem do qual faço parte como mestranda.

Lauriana Medeiros e Costa
Natal - RN

Profae: avaliação dos resultados

Seminário Internacional de Educação Profissional em S

Depois de seis anos de muito trabalho, chegou a hora de parar para analisar o que foi feito. De 23 a 25 de julho passado, o Seminário Internacional Educação Profissional em Saúde reuniu centenas de pessoas em Salvador para fazer uma avaliação do Profae, o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Além do balanço das atividades, um dos objetivos principais era ajudar a formatar um projeto maior e mais amplo, voltado para várias outras áreas da saúde além da enfermagem, e que está sendo apelidado de Profaps.

Por enquanto, o Profaps, Projeto de Formação na Área Profissional de Saúde, é apenas um desejo. A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde, elaborou uma carta-consulta para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que emprestou ao Brasil metade do dinheiro utilizado no Profae. A segunda fase é apresentar a proposta à Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e autoriza o pedido de empréstimos internacionais. Quando tiver carta branca, o Ministério da Saúde, junto com uma missão do BID, vai elaborar o projeto final, que deverá ainda ser aprovado no Senado. A expectativa é que o projeto possa começar a ser executado já no ano que vem.

Áreas de abrangência

Na carta-consulta enviada ao BID, a SGTES mencionou a necessidade de formação de cerca de 700 mil trabalhadores, nas seguintes áreas de

formação: técnico em vigilância (englobando sanitária, ambiental e epidemiológica), técnico em higiene dental, técnico em biodiagnóstico, técnico em radiologia, técnico em manutenção de equipamentos, técnico em prótese dentária, técnico em agente comunitário de saúde, complementação para técnico de enfermagem, especialização pós-técnica em diálise e especialização pós-técnica em cuidador de idoso. Para chegar a essa relação, a SGTES se reuniu com a Secretaria de Atenção à Saúde, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e a Anvisa para ouvir as demandas. Segundo Leda Zorayde, consultora da SGTES/MS, o curso de cuidador de idosos, por exemplo, foi uma demanda identificada pela SAS e pela SVS; já o de diálise foi uma sugestão da Anvisa. Uma indicação de que as áreas selecionadas são mesmo importantes para o SUS é, segundo ela, o fato de muitas delas se encaixarem perfeitamente nas políticas apontadas como prioritárias no Pacto de Gestão nacional.

Para especificar as quantidades, foram construídos indicadores a partir dos sistemas de informação existentes: foram calculadas, por exemplo, as horas de utilização dos aparelhos de radiodiagnóstico existentes no país para se determinar o número de técnicos em radiologia necessários para acabar com a ociosidade desses equipamentos. Uma conta parecida foi feita para o técnico de manutenção de equipamentos. E assim por diante. Mas nada disso está fechado. Enquanto segue os trâmites formais para tornar o Profaps realidade, a SGTES encomendou uma pesquisa mais ampla sobre necessidades de formação de nível médio que pode apontar outras áreas e até eliminar algumas. Além disso, uma

das propostas que saíram de uma oficina do Seminário do Profae foi que essa lista não fosse única para todo o país, tendo em vista as diferentes necessidades de cada estado e município. Nesse caso, o pacto de gestão, que está sendo discutido nos estados, poderia ser uma oportunidade de pactuar demandas e necessidades de formação.

O aluno

Um ponto criticado durante o Seminário foi o processo de cadastramento de alunos no Profae que, por falta de controle, permitiu que se inscrevessem pessoas com ocupações diversas, algumas até sem qualquer relação direta com a área da enfermagem e da saúde. “A forma aberta de seleção foi responsável pela evasão. O fato de haver pessoas que nada tinham a ver com o serviço nem com o curso também trouxe dificuldades pedagógicas”, conta Adailton Isnal, diretor da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria hora, de Alagoas.

Leda concorda que o primeiro cadastramento, feito diretamente pelo aluno-trabalhador no Banco do Brasil, teve, de fato, resultados ruins porque, no ato de inscrição, muitas vezes não foi exigida a documentação que comprovava o vínculo do trabalhador com uma das categorias listadas no edital. Mas, de acordo com ela, os principais problemas foram resolvidos no segundo cadastramento, que foi coordenado e executado pelas Secretarias Estaduais de Saúde.

Mas, e agora? Um dos principais objetivos da oficina II do Seminário, ‘Formas de acesso aos cursos de educação profissional no âmbito do Profaps’, foi discutir quem poderia ser

e perspectivas para o Profaps

Saúde discutiu propostas de ampliação do Projeto

o aluno desse novo Projeto e como ele seria identificado. Nas propostas, surgiu pelo menos uma grande mudança em relação ao Profae. Foi consenso que, tal como já está dito na missão das Escolas Técnicas do SUS, a prioridade de formação é do trabalhador que já atua nos serviços. Mas, dessa vez, tudo indica que essa restrição não dará conta da demanda. Porque é possível que existam municípios que não oferecem serviços em áreas como a de radiologia ou manutenção de equipamentos exatamente porque não têm profissional capacitado. Nesse caso, será preciso criar (ou ampliar) esse campo de trabalho, abrindo a oferta para além dos trabalhadores do sistema, inclusive para jovens que estão cursando o ensino médio. Claro que as vagas podem ser abertas para toda a comunidade, mas uma das sugestões recorrentes nessa oficina foi a de associar o Profaps a programas já desenvolvidos pelo Governo Federal, como o Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho, e o Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além do Proeja, do MEC, especificamente para a elevação de escolaridade.

Outro desafio é como identificar e selecionar esse aluno, seja ele trabalhador do sistema ou não. Na mesma oficina, foi consenso que é preciso, antes de tudo, fazer um diagnóstico local das necessidades dos serviços e que as vagas determinadas devem ser pactuadas no maior número de instâncias possíveis: Comissão Intergestores Bipartite (CIB), CIBs regionais, Conselho Estadual de Saúde e outros.

A Escola

O fato de ser um desdobramen-

to do Profae não significa que, se vier a existir, o Profaps terá exatamente o seu formato. O arranjo organizacional, que envolvia escolas públicas e privadas e agências regionais, foi destacado por Nilson do Rosário, no primeiro painel do evento, como uma inovação. Mas, da platéia, Rita Sório, primeira gerente geral do Profae, explicou que esse modelo foi determinado pelo contexto de implantação do Projeto, sobretudo o fato de, na época, existirem apenas 26 Escolas Técnicas do SUS, nenhuma delas no Norte. Hoje, a RET-SUS engloba 37 instituições, muitas delas fortalecidas, tanto pedagogicamente quanto em relação à infra-estrutura, pelo próprio Profae. Por outro lado, o Profaps promete muito trabalho porque prevê a formação de trabalhadores de várias áreas concomitantemente. Uma opção também derivada do Seminário é que, em alguns casos, a coordenação do Projeto seja delegada ao gestor estadual e não concentrada inteiramente no Ministério da Saúde. Assim, cada estado poderia dimensionar sua capacidade de execução por meio das suas próprias Escolas (as ETSUS) e, quando necessário, por contratação de outras instituições. Outra possibilidade é fazer licitação nas regiões metropolitanas e, no interior, entregar a formação apenas às ETSUS, em função da sua ca-



pacidade de descentralização, que foi fundamental para a capilaridade do Profae, como também lembrou Rita Sório na sua fala durante o Seminário (ver box).

As Agências Regionais, que também eram licitadas e tinham a função de acompanhar a execução do Profae, tanto em termos administrativos quanto pedagógicos, são apontadas por algumas ETSUS como uma dificuldade do Projeto anterior já que muitas não tinham perfil ou experiência pedagógica.

Mas um dos maiores desejos das Escolas Técnicas do SUS para o Profaps é superar a figura da operadora, aquela que, no Profae, recebeu e administrou os recursos. Elas são unânimes em apontar que a falta de auto-

nomia financeira das ETSUS prejudicou a execução do Projeto. O Seminário contou, inclusive, com uma mesa-redonda que discutiu Modelos de Gestão para as ETSUS, com uma apresentação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a discussão das experiências do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manuel da Costa Souza, Cefope, do Rio Grande do Norte, e da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, do Acre na busca de maior liberdade para gerir seus gastos e recursos.

Para o futuro do Profaps, o Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Costa, do Paraná, sugere que se procure uma forma de o dinheiro ser administrado pelas próprias instituições formadoras. O Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás também aponta a necessidade de “criação de mecanismos para aumentar a autonomia das Escolas, permitindo-lhes operacionalizar os projetos com otimização de resultados e redução de custos operacionais” e propõe, especificamente, que o repasse de recursos seja fundo a fundo — do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde —, como está acontecendo com a formação do agente comunitário de saúde.

O professor

Antes de pensar em formar bons técnicos e auxiliares de enfermagem, o Profae precisou qualificar bons formadores. Para isso, em 2001, foi implementado o Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional em nível de especialização, que tinha como fim atender a demanda específica de professores na área de Enfermagem. Cerca de 450 tutores-professores, mestres e doutores na área de Enfermagem participaram desse processo, que formou 13 mil docentes. Segundo Valéria Morgana, coordenadora nacional do curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem, do Profae, a proposta inicial do Profaps, se aprovado, é oferecer para outros 20 mil docentes a pós-graduação com duração de até dez meses e carga horária mínima de 540 horas.

Levando em consideração os limites impostos pelas condições de trabalho desses profissionais — múltiplos vínculos, falta de tempo e possibilidade de locomoção para frequentar aulas convencionais nas Escolas —, a formação teve que recorrer à estratégia da educação à distância (EaD). Atendendo a todas as regiões do país, a proposta foi realizada por meio de uma Rede de Núcleos de Apoio Do-

cente formada por 45 instituições de ensino superior.

Os resultados alcançados puderam ser vistos no Painel ‘Percepção Crítica e Proposições de Especialistas sobre a execução do Profae’, que trouxe uma análise crítica geral do Projeto, apresentado no segundo dia do Seminário. Nilson do Rosário, representante do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp (NEPP), destacou em sua apresentação alguns pontos polêmicos, entre eles dados que evidenciavam um índice de 19% de evasão de professores na formação pedagógica. Milta Torrez, coordenadora do curso de Especialização de Ativação de Processos de Mudanças na Formação Superior dos Profissionais de Saúde, na ENSP, que estava na plateia e falou durante o debate, esclareceu que, na prática, esse percentual foi bem menor, já que nos cálculos da pesquisa contaram pessoas que se matricularam mas nunca chegaram a ingressar no curso. “Nós tivemos o menor nível de evasão da EaD que se tem conhecimento. Fizemos, sem querer, um dos maiores investimentos na formação de profissionais nas universidades brasileiras”, contou.

Entre as ETSUS, as críticas à formação pedagógica dizem respeito apenas à carência de aspectos práticos. “Os momentos presenciais do curso foram quase nulos. Devemos discutir isso de alguma forma em seminários e reuniões, pois o docente está encontrando dificuldades na problematização, na integração de conteúdos”, disse Ruth Gouvea, diretora do Centro Formador de Pariqueira-Açu, de São Paulo. A ETSUS do Paraná também acha que, para o Profaps, é preciso manter a formação pedagógica, mas investindo em mais encontros presenciais.

Outro problema trazido por algumas Escolas, como a de Goiás, é que a alta rotatividade dos professores fez com que alguns deles ficassem sem a capacitação pedagógica. Além desse problema, a Escola do Espírito Santo também aponta, na experiência do

ETSUS participam de mesa-redonda sobre modelo de gestão



Profae, a resistência de alguns docentes de compreender e implementar a metodologia adotada. Mas a Escola de Formação em Saúde de Santa Catarina (EFOS) diz que uma das coisas que devem ser mantidas no Profaps é o investimento na metodologia problematizadora.

Segundo Valéria Morgana, a falta de vivência e familiaridade decorrente da virtualidade da formação já foi diagnosticada como um obstáculo a ser enfrentado, o que sinaliza mudanças para o Profaps. “Tentaremos investir mais em momentos de interação para suprir as dificuldades dos alunos e dos próprios tutores”, afirmou.

Outras mudanças serão implementadas principalmente em função da variedade de profissionais que a formação pedagógica deverá atingir dessa vez, já que, no Profae, ela foi voltada só para enfermeiros. “Os conteúdos serão iguais para todos os docentes e a especificidade se dará pela prática. Com isso queremos evitar a fragmentação e propiciar que se discuta educação profissional na saúde percebendo o processo como parte de um todo”, explicou Valéria.

A pesquisa realizada com os docentes formados pelo Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional apontou que uma experiência positiva de especialização pode criar no profissional vontade aprimorar cada vez mais sua formação. Foi o que mostrou o estudo no qual, segundo Valéria, mais de 80% das pessoas que fizeram especialização disseram que pretendem dar continuidade aos estudos por meio de um mestrado profissional. Este ano, já foram selecionadas três instituições (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, no Rio de Janeiro; Universidade Federal de Pernambuco; e Universidade do Vale do Itajaí) para oferecer o mestrado profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde para profissionais das ETSUS e das Secretarias Estaduais de Saúde nas suas regiões. A idéia é que a experiên-



ETSUS participam de mesa-redonda sobre execução do Profae

cia de agora dê subsídios à elaboração do mestrado para cerca de dez mil professores que já tenham a especialização, pelo Profaps ou pelo Profae. “As possibilidades de aproveitamento estão sendo estudadas e a implantação poderá ser feita a partir do ano de 2007”, contou Valéria.

A avaliação

Mais um desafio apresentado durante o Seminário, na mesa-redonda ‘Certificação Profissional – Perspectivas Nacionais e Internacionais’, diz respeito à avaliação de competências dos profissionais participantes do Profae. O tema, que faz parte de uma grande discussão na área pedagógica, também vem sendo repensado e aplicado na área da Saúde por meio do Projeto avaliado em Salvador.

A discussão sobre certificação num âmbito que transcende o esforço do Profae foi relatada por João Carlos Alexim, consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Sebastião Neto, do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo João Carlos, o Ministério da Saúde não está sozinho nessa construção. “Desde o ano de 78 o Ministério do Trabalho já tentava estruturar o debate sobre a certificação

e agora, com a globalização, há novos estímulos para recomencá-los”, contou. O consultor falou ainda sobre as barreiras existentes nesse processo e os argumentos utilizados para sustentá-las, entre eles a idéia de que a certificação produziria exclusão. Contrariando esse raciocínio, Sebastião Neto defendeu que, na perspectiva histórica brasileira, a inclusão seria um dos maiores benefícios do projeto. “Num universo de milhões de pessoas sem acesso à educação a certificação nunca poderia ser vista como um darwinismo social”, disse.

Já Cláudia Marques, da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES/MS), lembrou que para o processo de certificação não levar à exclusão ele deve estar articulado a um processo de formação. Ela apresentou na mesa a experiência da Certificação de Competências do Profae (SCC/Profae/MS), que construiu uma metodologia de avaliação de competências que hoje está sendo validada num projeto-piloto e que tem entre seus objetivos “demonstrar a possibilidade e importância de um processo de certificação vinculado à formação profissional e à avaliação formativa”. De acordo com Cláudia, a primeira tarefa de sua equipe foi com-

prender qual o significado de competência para o setor saúde e só a partir disso pensar na avaliação. “Nossa preocupação foi recontextualizar o conceito de competência para o setor de enfermagem na saúde, organizar e validar uma metodologia de avaliação e poder incorporá-la ao processo de formação. Certificar é algo para o futuro, para quando a discussão já tiver entrado em pauta e existir uma lei que a regulamente”, afirmou. Tanto que a proposta inicial do SCC é certificar apenas cerca de 10% dos egressos do Profae.

Como você já leu na Revista RET-SUS nº 13, a maior preocupação do SCC/Profae tem sido pensar num processo de avaliação que dê conta, de forma integrada, das três dimensões que integram as competências: o saber-saber, o saber-fazer e o saber-ser. Pode-se dizer que o saber-saber está relacionado à capacidade de aprender, de adquirir conhecimentos; o saber-fazer à habilidade; e o saber-ser às atitudes e valores. E para que essas dimensões sejam trabalhadas de forma não-fragmentada, segundo Cláudia Marques, foram pensadas quatro fases de avaliação, nas quais cada uma potencializaria uma competência.

O modelo de avaliação que está sendo construído terá, em sua primeira etapa, uma prova de múltipla-escolha com maior potencial para avaliar o conhecimento. Para elaboração desta fase, foram contratados especialistas que capacitaram os enfermeiros e docentes responsáveis pela criação de 1200 questões, das quais 248 foram validadas, por meio de psicometria, selecionadas e revisadas. O mesmo cuidado também foi utilizado na construção da prova virtual, que será uma ponte entre o conhecimento e a prática, e trabalhará com o reforço do conhecimento do aluno por meio de um instrumento computa-

dorizado elaborado pela equipe de Telemedicina da USP. Nesta fase serão avaliados oito procedimentos identificados como a essência da prática, entre eles a lavagem de mãos e a medicação intramuscular. A terceira etapa busca avaliar as habilidades psicomotoras e será realizada em laboratório, com utilização de bonecos sensorizados. Por fim, a prova-oficina, que ainda está em processo de construção, será o maior desafio da avaliação. Para criação da prova na qual será dada ênfase à dimensão do saber-ser, serão feitos debates em grupos, com base numa situação-tema contextualizada com as condições reais de trabalho.

Essas fases fazem parte da nova proposta metodológica para avaliação de competências que foi precedida de uma outra metodologia que já havia sido posta em prática em um projeto-piloto em 2002, no Espírito Santo. E, segundo Cláudia, foram os equívocos e dificuldades dessa experiência que deram subsídios aos próximos passos de sua equipe, que tem previsão de iniciar a realização do processo de validação desta metodologia nas ETSUS da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Paraná e Acre até novembro deste ano.

Tudo isso foi feito ainda no contexto do Profae. Agora, essa incorporação do projeto pelas ETSUS vai ser importante para que no Profaps possam ser delas os papéis principais. O Setor de Certificação tem a perspectiva de que, nos próximos anos, as ETSUS possam dar continuidade a esse processo. Mas isso não se dará de um dia para o outro. “Terão que ser abertas discussões da visão de competências que as Escolas têm e que o Profae já trouxe. A partir daí seria repensado o perfil das outras categorias

profissionais e ampliados os debates, incorporando novos atores sociais”, disse Cláudia, que complementou afirmando que a idéia é de que as Escolas tenham autonomia para incorporar, desenvolver e recontextualizar o projeto. “Nosso objetivo é que, o Ministério da Saúde continue apoiando as ETSUS na construção e qualificação dos processos de formação e tenha o papel de alicerce, mas não centralizando o fazer”, finalizou.

No mais...

O Seminário Internacional Educação Profissional em Saúde – Avaliação do Profae e novas perspectivas debateu muitas outras coisas. Nas oficinas, aprendeu-se sobre a legislação do pós-técnico e avaliou-se um instrumento de pesquisa que está sendo utilizado para identificar o perfil profissional do trabalhador das vigilâncias da saúde. Na conferência de abertura, o Secretário de Saúde da Bahia falou sobre o impacto do Profae no estado. Entre mesas-redondas e painéis, foram discutidos ainda modelos de execução e gestão de projetos com financiamento externo, além de formas de monitoramento e avaliação desses processos.

Pelos corredores, teve exposição de painéis e distribuição de um book do Profae. E, com tudo isso, o evento se tornou um momento para ativação da memória da Educação Profissional em Saúde. Tanto que, na mesa de abertura, o Ministro da Saúde, José Agenor Álvares fez referência à trajetória da coordenadora de ações técnica do Deges/SGTES/MS, Ena Galvão, e de forma emocionada, homenageou Izabel Santos, como a pioneira de todo esse movimento pela formação de técnicos em saúde no Brasil — afinal, se o Profaps é filhote do Profae, ele certamente é neto do Projeto Larga Escala.■

As ETSUS para o Profae e o Profae para as ETSUS

Segundo dados divulgados durante o Seminário em Salvador, mais de 25% do total de matrículas e aprovações dos cursos de Auxiliar e Técnico em Enfermagem realizadas no âmbito do Profae foram postas em prática pelas 24 ETSUS envolvidas com o Componente I do Projeto. De acordo com dados da SGTES, essas Escolas atenderam 79.279 alunos procedentes de 2.414 municípios, atingindo 982 municípios-pólo.

Tudo isso só foi possível devido à forma descentralizada de atuação das ETSUS. Essa questão foi tema de discussão durante o painel 'Percepção crítica e proposições de especialistas sobre a execução do Profae', quando, durante sua fala, Nilson do Rosário, representante do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, afirmou que a capacidade de absorção dos alunos pelas Escolas Técnicas do SUS foi baixa. Rita Sório, primeira gerente geral do Profae, se manifestou durante o debate afirmando que dados adicionais ao estudo mostrariam que as ETSUS, na realidade, teriam sido as responsáveis pela capilaridade do programa. "O Profae foi um projeto de inclusão social e, para isso, tinha que chegar ao interior e aos locais em que o recrutamento é mais difícil. Foram essas Escolas que fizeram isso", lembrou. Quem quiser saber mais sobre esse estudo pode acessar o artigo "As Escolas Técnicas do SUS: uma abordagem histórica", no 3º volume do Caderno RH Saúde.

Mas as ETSUS também ganharam muito com o Profae, principalmente com o Componente II, de modernização das Escolas. A partir de 1999, a Rede de Escolas Técnicas do SUS, que era composta de 26 instituições passou a contar com mais 11 Escolas distribuídas em todos os estados do Brasil. Todas as ETSUS já executaram

seus projetos de modernização e nove delas passaram por reformas em suas estruturas. Os equipamentos adquiridos nesse investimento, segundo as Escolas, foram responsáveis por uma melhora de 100% de sua infra-estrutura com recursos do Profae — cinco escolas receberam investimento do Proep/MEC. De acordo com Maria Elisabeth de Palma, diretora do Centro Formador de Pessoal para Saúde de Franco da Rocha, São Paulo, a informatização trouxe a possibilidade de que relatórios, cadastros e pesquisas fossem fornecidos aos alunos, causando "um estreitamento do relacionamento deles com a Escola".

Além de todo esse acúmulo material, as Escolas tiveram também muitas mudanças políticas e pedagógicas. A ampliação da discussão e construção de novos projetos pedagógicos, o crescimento do quadro de alunos e municípios atendidos e a cooperação com outras instituições públicas e privadas foram responsáveis por um ganho de visibilidade para as ETSUS. "As capacitações que fizemos e a publicação de nossos materiais pedagógicos fizeram com que ficássemos conhecidos no estado. Ouvimos muitas frases como: "Essa Escola é aquela do livro?"", contou Maria Regina Pimentel, diretora pedagógica da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos, do Rio de Janeiro. Mas essa 'fama' também trouxe resultados em outros setores. "O reconhecimento que ganhamos aumentou a interlocução com os gestores municipais e estaduais de saúde. Isso foi a melhor coisa que podia ter acontecido", disse Eliete Saragiotto, coordenadora dos cursos técnicos da Escola de Saúde Pública do Mato Grosso.



XXII Congresso do Conasems discute Governança

Pacto pela Saúde 2006 foi estrela das mesas

Dois dias 19 a 22 de junho, enquanto o estado do Nordeste recebia milhares de turistas para celebração de suas típicas festas juninas, 1568 pessoas se reuniram na cidade de Recife com outro propósito: avaliar, discutir e criar resoluções para o tema 'Governabilidade Local, Saúde e Cultura de Paz nas Américas'. O Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco foi palco de três importantes reuniões, o XXII Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), o II Congresso da Saúde, Cultura de Paz e Não Violência e o V Congresso da Rede Américas.

Gestores municipais de saúde dos países americanos e de outras instâncias do SUS, conselheiros de saúde, estudiosos, pesquisadores e profissionais da saúde participaram de mesas, oficinas de trabalho e rodas temáticas que levantaram questões urgentes da área a serem discutidas. Entre os assuntos mais debatidos esteve a agenda da Reforma Sanitária Brasileira e sua consolidação e aperfeiçoamento, em detrimento do que seria uma 'reforma da Reforma'. À luz desse conceito e da preocupação com as desigualdades regionais e com o conflito entre equidade e universalidade, se pautaram outros temas, entre eles a governabilidade local e o pacto federativo, o financiamento, a atenção básica em saúde e a gestão do trabalho e educação na saúde.

O Pacto pela Saúde 2006, assinado no final de março deste ano, foi o grande protagonista dos Congressos. Tangenciando as discussões ou sendo usado como argumento central pelos palestrantes, ele foi ouvido de forma recorrente durante os quatro dias de evento.

O Pacto, que engloba três vertentes – Pacto de Gestão, Pacto pela Vida, e Pacto em Defesa do SUS – foi citado já na abertura oficial do evento pelo Ministro de Estado da Saúde, Agenor Álvares, que



Autoridades da Saúde na mesa de abertura dos Congressos

afirmou a importância do fortalecimento possibilitado pela medida na distribuição de tarefas e na gestão compartilhada do SUS, e acrescentou: “Dividimos tarefas e concentramos esforços. Assim, racionalizamos ações”.

Na mesma noite, Silvio Fernandes, então presidente do Conasems, destacou a necessidade da construção de uma agenda do movimento municipalista que seja adequada ao contexto e desafios atuais. Lembrou ainda que “mais de um milhão de trabalhadores da saúde estão nos municípios, que são responsáveis por mais de 70% dos postos de trabalho do SUS”, ao reafirmar que a entidade presidida por ele “aposta no Pacto de Gestão como uma oportunidade para sanear os problemas trazidos pela municipalização”.

Nas oficinas: discussão sobre os problemas

Antes da solenidade de início do evento, porém, atividades pré-congres-

so foram determinantes para elaboração de propostas em favor do enfrentamento de alguns desafios da saúde apontados nas falas de abertura. Entre elas, a Oficina de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, que reuniu representantes do Conasems, do Conass, do Conselho Nacional de Saúde, da Rede Unida e da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Na oficina, Álvaro Mello, da Rede Unida, voltou a mencionar o Pacto pela Saúde ao lembrar a dificuldade da formação em saúde devido à diversidade dos municípios. Álvaro disse que “o Pacto de Gestão vai dar um norte para tudo isso”, e reafirmou a necessidade da co-responsabilidade dos órgãos formadores e dos gestores.

Já Francisco Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (MS), falou sobre os problemas nessa área e ressaltou a importância da execução de políticas integradas e estruturais na busca por soluções. A polêmica Emenda Constitucional 51, que regulari-

bilidade Local, Cultura de Paz e Não Violência

-redondas e oficinas de trabalho do evento

za a situação funcional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, também foi lembrada. Campos afirmou que problemas como os da precarização dos vínculos empregatícios e da ausência do processo de educação permanente em alguns lugares, devem ser sanados.

Resoluções nas mesas-redondas

A forma de contratação dos trabalhadores da saúde também foi tema das falas de Helvécio Magalhães, representante do Conasems, e Hésio Cordeiro, coordenador do mestrado em Saúde da Família da Universidade Estácio de Sá (RJ), que participaram da primeira mesa-redonda do evento, denominada 'O Movimento Sanitário e a Agenda Aberta da Reforma'. Nela, Helvécio e Hésio destrincharam problemas do SUS e apontaram algumas preocupações que deveriam subsidiar a elaboração de uma agenda contemporânea da Reforma Sanitária no Brasil. Além da precarização, outras questões foram abordadas, como o modelo de atenção que, para Hésio é um problema central. "A baixa oferta da média e alta complexidade e a inexistência de protocolos que garantam a qualidade de atenção à saúde devem estar em pauta", disse.

Na mesma mesa, caminhando para um âmbito maior de resoluções para a saúde, experiências internacionais de movimentos sanitários foram expostas. O professor da Universidade de Toronto e consultor do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Yves Talbot, o diretor da região sanitária da União Européia, Tziano Carradori e o coordenador do Fórum de Saúde Pública do Peru, Pedro Fronte, apresentaram à platéia os sistemas de saúde desses países.

E não foi só nesse dia que palestrantes internacionais tiveram voz nos Congressos. A terceira mesa do evento

abriu espaço para debates relativos à 'Globalização, Formação de Blocos e Repercussão na Saúde'. Representantes estrangeiros e brasileiros da área de saúde discorreram a respeito do conceito de globalização, seus problemas e benefícios, bem como sobre a experiência de locais como o Equador, a Venezuela e Uruguai com essas questões. No mesmo dia, um painel denominado 'Saúde, Cultura de Paz e Não Violência' levantou a necessidade da consolidação de políticas públicas intersectoriais orientadas pelos princípios da não-violência. Estiveram presentes para abordagem do tema o filósofo francês Jean Marrie Müller e Leonor Diskin, diretora do Instituto Palas Atena.

Citados em vários debates, a 'Governabilidade Local, o SUS e o Pacto Federativo' tiveram sua própria mesa de discussão. Nela, Vicente Trevas, Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, disse que a saúde vem exercitando um duplo movimento entre a governabilidade local e o pacto federativo. "A dinâmica federativa é feita pelo equilíbrio", explicou. Trevas manifestou a preocupação do governo em construir cooperativamente uma nova agenda federativa na qual se situe o Pacto pela Saúde.

Silvio Fernandes, que também estava presente na mesa, diferenciou conceitualmente os termos 'governabilidade' – que se refere ao exercício de autoridade política – e 'governança' – que diz mais respeito à capacidade da máquina pública de implementar políticas. "A análise da governabilidade local não pode desconhecer os problemas da governabilidade presente no nível nacional", disse. Entre as dificuldades apresentadas nessa relação entre o local e o nacional, segundo ele, estariam o financiamento público insuficiente e a EC 51, que foi questionada novamente.

A posição do Conasems acerca da Emenda também foi apresentada por

Márcia Andriolo na Oficina de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Ela garantiu que a entidade não se opõe à formação, à profissionalização e despreciação dos ACS. No entanto, afirmou: "Não podemos agir de forma irresponsável", defendendo que é preciso levar em conta o impacto financeiro que recairá sobre o município.

Resultados e decisões



Discussão na plenária para elaboração da Carta Recife

Para encerrar os Congressos, que contaram com a presença de 369 secretários municipais de saúde, no dia 22 de junho, a diretoria do Conasems se reuniu para a Plenária Final. Além da prestação de contas de 2005 e discussão sobre a sede do Congresso em 2008, foi elaborada a Carta de Recife.

Na Carta foram listados os principais pontos de preocupação levantados nas mesas e oficinas. São eles: a Agenda da Reforma Sanitária Brasileira; governabilidade local e Pacto Federativo; Pacto pela Saúde 2006; financiamento; cultura de paz e não violência; atenção básica em saúde; gestão do trabalho e educação na saúde; globalização, a formação de blocos e a repercussão na saúde; medicina tradicional e os sistemas municipais de saúde; promoção da Saúde Urbana e o desafio das grandes cidades; Conselhos de Saúde; e Rede Américas. ■

Congresso da Rede Unida discute a Saúde

Evento teve poucas discussões sobre



Stand da RET-SUS no evento

se dobrar o número de pessoas seguradas pela saúde suplementar privada — que, atualmente, segundo ele, atende a pouco mais de 30 milhões de pessoas no Brasil. Lígia, por sua vez, fez questão de marcar que o Fórum da Reforma Sanitária, formado por Abrasco, Cebes, ABRES, Rede Unida e Ampasa, e que assinou um documento distribuído na pasta do evento, não propõe a extensão dos planos de saúde e a conseqüente privatização do sistema, mas sim tornar o SUS cada vez mais universal, reafirmando a saúde como dever do Estado.

Partindo dessa preocupação, de fortalecer o SUS como política de Estado, Lígia Bahia apresentou dados de uma pesquisa que analisa a participação do Legislativo na saúde. Ela listou alguns projetos propostos pelo Legislativo e pelo Executivo para a área da saúde durante o atual governo. O resultado mostra que, na maioria dos casos, os parlamentares apresentaram mais projetos com caráter cívico do que políticos. É o caso do projeto de criação do Dia Nacional da Esclerose Múltipla, uma iniciativa que não suscita polêmica. Já o Executivo propôs, por exemplo, a criação do SAMU, da Farmácia Popular e de um grupo para fazer a intervenção nos hospitais do Rio de Janeiro — todos, segundo ela, projetos mais estruturantes, muitos deles com o que chamou de “feição legislativa”. “O Legislativo está ausente. Isso é preocupante para a democracia”, analisou. E concluiu: “Enquanto não formos capazes de analisar as relações entre os poderes e os partidos políticos, será difícil tornar o SUS uma política de Estado e não só de governo”.

Educação Permanente

Quem não constou do título do

A Saúde como política de Estado estava presente no título do VII Congresso Nacional da Rede Unida, que aconteceu de 15 a 18 de julho em Curitiba. Mas o tema foi discutido mais diretamente em dois momentos principais. Na conferência de abertura, Marco Aurélio Nogueira, cientista social, professor da Unesp e articulista do jornal o Estado de São Paulo, disse que a compreensão de que saúde e educação são deveres do Estado foi o que orientou a Reforma Sanitária brasileira, mas que é preciso estar atento à realidade sociopolítica atual. Segundo ele, vivemos um tempo em que prevalece a convicção de que o Estado é menos relevante do que o mercado e a sociedade civil, de que ele se tornou um mal necessário e, portanto, de que é preciso reformá-lo para diminuir o seu ‘peso’. Contrariando esse pensamento, ele defendeu que o Estado precisa ser reformado sim, mas para ser fortaleci-

do, ficar mais democrático e, com isso, funcionar melhor.

Segundo ele, isso se explica, em parte, por se tratar de um momento de transição. “Queremos que se tomem decisões rápidas mas, ao mesmo tempo, que se possa deliberar sobre tudo. É um paradoxo”, exemplificou. Mais do que isso: um sofrimento institucional. Mas ele avisou: copiar os modelos da iniciativa privada não vai ajudar a resolver o problema, ao contrário, só vai transformar o cidadão em cliente.

Esse tema voltou a aparecer no painel ‘A importância do parlamento na construção do SUS e as eleições 2006’. Com a participação de Lígia Bahia, da UFRJ, e do deputado Luis Carlos Hauly, representando Rafael Guerra, presidente da Frente Parlamentar da Saúde, a discussão mostrou divergências sobre o futuro do SUS. O deputado defendeu uma reformulação no modelo dos planos de saúde atuais para que se pudes-

de como política de Estado

Educação Profissional

evento, mas foi presença marcante em quase todas as falas foi a educação permanente. Na mesa-redonda sobre as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, por exemplo, houve várias discussões sobre a condução dessa política. No debate, um dos pontos mais destacados foi a preocupação quanto aos instrumentos e aos indicadores que seriam utilizados na avaliação dos pólos de educação permanente.

Houve também um painel específico para tratar desse tema. Nela, Maria Alice Roschke, que acaba de assumir a coordenação de ações estratégicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/SGTES/MS), vindo da Organização Pan-americana de Saúde (Opas), falou sobre o conceito e Luiz Carlos Cecílio narrou duas experiências realizadas em Campinas que, segundo ele, ilustram de forma exitosa processos de educação permanente. Na sua fala, Maria Alice, chamou atenção para o cuidado de, com a idéia de educação permanente, não se ignorar a necessidade de articulação entre a educação no trabalho e a educação formal. “O serviço de saúde ensina o que deve ser feito, mas também o que não deve ser feito”, disse.

Formação técnica

Já a educação profissional teve uma presença tímida no Congresso da Rede Unida. No espaço de exposição, lá estava o *stand* da RET-SUS, tentando falar um pouco sobre a experiência das ETSUS na formação de técnicos — a RET-SUS esteve presente também como convidada na oficina ‘Redes de conhecimento na era da internet’, promovida pela Opas em

parceria com a Bireme.

Nos pôsteres comentados, foram apresentadas várias experiências de formação e intervenção com agentes comunitários de saúde — o número de dúvidas surgidas tanto sobre a formação quanto sobre a desprecarização desses profissionais deixava claro um certo desconhecimento generalizado sobre esses processos. Na mesa sobre as experiências estaduais de formação em saúde, representantes do Conass também citaram o trabalho das Escolas Técnicas do SUS.

André Lázaro, do Ministério da Educação, na conferência sobre os dez anos da LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) e a reforma universitária, falou da educação profissional como um dos eixos principais de atuação do MEC. Segundo ele, o Brasil está muito atrasado em relação a esse segmento. “A educação profissional é tanto um instrumento de qualificação para o mercado de trabalho e reestruturação da produção quanto um caminho para propiciar a visão crítica”, disse, completando: “E a área de saúde tem muito a nos oferecer nesse campo”.

Mas foi na abertura oficial do evento, na fala do Ministro da Saúde, José Agenor Álvares, que a educação profissional foi lembrada de forma mais pública. Listando as principais iniciativas do Ministério na área da formação, ele lembrou o Profae e anunciou o Profaps (Projeto de Formação dos Profissionais da Área da Saúde), que ainda está em negociação e deverá abranger outras áreas além da enfermagem (ver matéria pág. 2). E afirmou: “É a Rede de Escolas Técnicas do SUS que dá materialidade a essas propostas.

classificados



encontra

Após ter concluído suas primeiras turmas do 1º módulo do curso técnico de ACS, a Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, do Acre, vai promover ajustes nas estratégias metodológicas adotadas nas aulas. Para isso, realizou um intercâmbio de conhecimento com a equipe de educação profissional da Escola de Saúde Pública do Ceará. A coordenadora de aprendizagem do Acre, Marlene Oliveira, e a coordenadora do ACS, Rosa Maria, visitaram a Escola do Nordeste para se apropriar da sua experiência na execução do curso.

Segundo a Escola, os resultados dessa nova dinâmica de trabalho pedagógico, que foi adequada às características do Acre, já podem ser observados na última turma iniciada no município de Plácido de Castro. No dia 11 de maio, os 27 alunos apresentaram à comunidade local o resultado de um diagnóstico situacional de saúde. O trabalho, que fez parte das atividades de dispersão referentes ao primeiro mês do curso, foi acompanhado e orientado pelo mediador da turma e pelos preceptores — enfermeiros das unidades de saúde da família do município. “Essa é uma experiência-piloto da proposta de integração total, que articula ensino, serviço e comunidade, proporcionando ao agente o desenvolvimento de competências técnicas necessárias para o desempenho qualificado de suas atividades como técnico e sujeito, visando transformar as suas práticas de saúde”, diz Rosa Maria.

A partir do sucesso da experiência, a ETSUS-Acre criou maiores expectativas no avanço da formação dos ACS e pretende implantar o novo modelo pedagógico nos demais municípios do estado que ainda não tenham iniciado o curso.

Roraima supera distância na aula inaugural de ACS

A ETSUS Roraima foi mais uma a realizar, no dia 28 de junho, a aula inaugural do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Mas nessa celebração houve um fato em especial. A aula, que foi proferida pela secretária de estado da saúde, Eugênia Glaucy, e contou com a presença do governador do estado, Ottomar de Souza Pinto, foi transmitida em tempo real. A transmissão do evento em Boa Vista foi feita via satélite, através da Universidade Virtual de Roraima, para todos os Centros Multimídias que foram instalados nos outros 14 municípios do interior do estado que serão beneficiados pelo curso. Dessa forma, 334 dos 618 ACS que serão alunos das turmas não precisaram se deslocar até a capital para assistir à aula.

Nos encaminhamentos para a concretização da aula inaugural, a Escola organizou, em maio e junho, a Oficina de Capacitação Pedagógica para 80 docentes e coordenadores que

atuarão no curso técnico de ACS. A oficina, que teve carga horária de 44 horas, contou com a cooperação técnica das profissionais da ETSUS Osmilde de Souza e Márcia Cristina. As facilitadoras tentaram desenvolver a reflexão sobre os problemas de saúde da comunidade, a dinâmica da aprendizagem, o conhecimento do conteúdo do curso, as estratégias e o material.

No mesmo dia da aula inaugural, a Coordenação das Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e a Estratégia Saúde da Família PACS/PSF realizou o 1º Encontro Estadual de Médicos e Enfermeiros da Estratégia Saúde da Família, que teve como finalidade apresentar o Pacto pela Saúde. Participaram do evento médicos e enfermeiros do SUS que, atuando juntos no PSF, serão atores importantes no cumprimento do que foi decidido nos Pactos de Gestão, pela Vida e em Defesa do SUS.

Encontro de Enfermagem na EFOS

A Escola de Formação em Saúde de Santa Catarina, com o intuito de se apresentar ao estado e às unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde (SES), promoveu, nos dias 10, 11 e 12 de maio, o I Encontro de Enfermagem da EFOS. O evento teve em sua programação a apresentação das unidades hospitalares e a participação de dez palestrantes, que abordaram temas como: 'Motivação Profissional em Saúde', 'Política Nacional de Saúde do Trabalhador', 'Conscientização DST/AIDS' e 'Ética no Cuidado'. Alguns representantes de

postos municipais também estiveram presentes no dia.

No encerramento do encontro houve a apresentação do Grupo de Dança Folclórica Açoriana do Colégio Municipal Luar de São José.



ETSUS do Amazonas promove conscientização

Os últimos dias de maio e os primeiros de junho foram um período de grande agitação para a Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra, do Amazonas. Nos dias 29 e 30 de maio, os alunos do curso de Auxiliar de Consultório Dentário realizaram, como parte integrante da disciplina Fundamentos da Odontologia Social, palestras, dramatizações, painéis integrados, oficinas, gincanas e várias dinâmicas direcionadas aos alunos da Escola Estadual Professora Roxana Bonessi e do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde da ETSUS. A sensibilização da comunidade local para a importância da prevenção da saúde bucal foi um dos objetivos alcançados pelo evento, que deu aos futuros auxiliares, a partir das teorias aprendidas em sala de aula, a oportunidade da prática de ação comunitária.

Palestras, mostras de vídeos, dramatizações e exposições também fizeram parte das atividades organizadas pela Escola do Amazonas em 31 de maio, Dia Mundial de Combate ao Fumo. A fim de se aproveitar do momento para discussão e reflexão sobre o tema, os alunos foram mobilizados para debater os aspectos gerais do tabagismo.

Já nos dias 1º e 2 de junho, foi a vez de outra área entrar em foco. Os alunos do curso de Nutrição e Dietética receberam convidados da Casa de Criança para a promoção da educação nutricional infantil. Os pequenos foram orientados sobre a importância dos alimentos na formação de hábitos saudáveis.

ETSUS Blumenau ensina arte da saúde bucal

A Escola Técnica de Saúde de Blumenau está produzindo saúde e cultura. Dando continuidade ao processo educativo para os alunos, a Escola, em parceria com a Gerência da Saúde Bucal, organizou o espaço 'Cantinho da Saúde Bucal'. O evento, realizado no dia 10 de junho, Dia da Solidariedade Municipal de Blumenau, teve como atividades educativas o desenho orientado, pintura, leitura, personagens vestidos para motivação, colagem, painel, caça-palavra e teatro.

As peças de teatro 'A saúde começa pela boca' e 'Planeta Terra' tiveram como atores os alunos do curso



so Técnico em Higiene Dental. Eles fazem parte do Grupo Teatral Saúde com Arte, que desenvolve ações comunitárias em Unidades Escolares, Centros de Educação Infantil, Conselhos de Saúde, Associação de Pais e Professores, indústrias em Blumenau e também em municípios do Médio Vale do Itajaí.

A ação educativa realizada pela ETSUS teve como participantes os próprios alunos do curso de THD e cirurgiões-dentistas da assistência, da Gerência da Saúde Bucal e da Escola.

Cursos para ACS, pesquisadores e gestores na Unimontes

A ETSUS da Unimontes, em Minas Gerais, está a todo vapor. A Escola iniciou 19 turmas do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde nas regiões Norte, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Central do estado de Minas Gerais. Os municípios contemplados são: Bocaiúva, Buritizeiro, Capitão Enéas, Janaúba, Joáima, Pirapora, São Francisco, Várzea da Palma, Dolores do Indaia e Jequitinhonha.

Outro curso oferecido pela Escola é o de Capacitação em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, iniciado em 18 de maio. São duas turmas em Montes Claros, uma em Janaúba e outra em Janaúria, atendendo a um total de 164 alunos, entre eles gestores municipais

de saúde e suas equipes. As aulas, que por meio de métodos interdisciplinares visam ao enfrentamento dos desafios do exercício da gestão local do SUS, serão distribuídas em dez módulos, com carga horária de 180 horas.

Já o curso básico em Estatística, que é uma das atividades integrantes do Plano Diretor da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS), foi iniciado em 19 de junho e tem como alunos os próprios trabalhadores da Escola, principalmente a equipe da Estação de Pesquisa da ETSUS. O objetivo geral do curso é desenvolver conhecimentos de estatística imprescindíveis às atividades de pesquisa científica.

EPSJV recebe medalha

A Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio, do Rio de Janeiro, foi contemplada, por meio da resolução 1223/2006, publicada no dia 30 de junho no Diário Oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com a Medalha Tiradentes. A entrega vai ser após o recesso da Assembléia, mas ainda sem data confirmada.

A EPSJV é a única escola federal do país voltada exclusivamente para a educação profissional em saúde e, no ano passado, conseguiu o melhor resultado entre todas as escolas públicas brasileiras no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

ETSUS Mato Grosso inicia curso de ACS

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso realizou, no dia 9 de junho, a aula inaugural de 30 turmas descentralizadas do curso de Agente Comunitário de Saúde. Serão contemplados 786 alunos dos 19 municípios da Regional de Rondonópolis, homônima da cidade onde ocorreu a aula.

Quatro outras Regionais estão sendo preparadas para o início do curso. A Escola tem a previsão de formar uma média de 2 mil ACS no estado.



Aconteceu nas ETSUS

ETSUS Rondônia faz capacitações e inicia turmas de ACS

Chegou a vez dos ACS em Rondônia. Desde 29 de maio, a ETSUS do estado iniciou mais duas turmas, de 30 alunos cada, do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. A Escola, que agora já possui 120 ACS em sala de aula, pretende formar todos os 362 agentes que atuam nas áreas urbana e rural do município de Porto Velho. Para o início das novas turmas, a ETSUS contou com o apoio da Prefeitura da cidade, que cedeu profissionais docentes e recursos financeiros.

Agindo também de forma descentralizada, em maio, a Escola realizou, no município de Rolim Moura, a capacitação pedagógica de 21 docentes que atuarão em 12



turmas do curso de ACS. As turmas beneficiarão 315 agentes de nove municípios que compõem a Regional. Em Vilhena, a capacitação foi feita em junho, com 26 profissionais que serão responsáveis por formar 239 agentes dos sete municípios da Regional.

Pernambuco vai formar THD

Em julho, a Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco abriu duas turmas do Curso Técnico de Higiene Dental, uma em Camaragibe e outra em Caruaru. As turmas são destinadas, prioritariamente, aos alunos que concluíram, em março deste ano, o Curso de Auxiliar de Consultório Dentário. Esses profissionais, que já cursaram 600 horas-aula, terão mais 1200 horas, nas quais estarão incluídos momentos de concentração, dispersão e um trabalho de conclusão.

O objetivo da ETSUS, que para iniciar essas turmas fez parceria com

o Ministério da Saúde, a Faculdade de Odontologia de Pernambuco e a Faculdade de Odontologia de Caruaru, é de formar 80 Técnicos em Higiene Dental de 30 municípios das Regionais de Saúde de Recife e Caruaru.

A Escola, como a maioria das ETSUS, adota a metodologia da problematização em sua prática pedagógica e atua de forma descentralizada, integrando ensino e serviço, ao trabalhar com a realidade local.

Novo curso na EPSJV

Em setembro, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio dará início ao Curso de Especialização Técnica em Políticas Públicas de Saúde. As aulas terão como objetivo ampliar a compreensão dos trabalhadores de nível médio sobre os fundamentos técnicos, políticos e

éticos da saúde pública.

Serão abertas 30 vagas para o curso, que contemplará os temas: sujeito e cidadania; conjuntura política atual; políticas de saúde SUS; trabalho e educação profissional em saúde; e metodologia do trabalho científico.

Novas turmas na ETSUS Brasília

No dia 5 de junho, a Escola Técnica de Saúde de Brasília iniciou duas novas turmas, uma do curso de Técnico de Saúde Bucal e outra de Complementação do Técnico de Enfermagem. As turmas, com um total de 700 alunos, foram as primeiras a adotar a nova matriz curricular recentemente elaborada pela Escola. Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Deges/SGTES/MS, foi a responsável pela aula inaugural, na qual falou sobre os currículos integrados na metodologia da problematização.

A ETSUS de Brasília está executando todos os cursos previstos pelo seu projeto de convênio com o Profae. Atualmente, a Escola possui turmas de curso técnico de secretariado escolar, curso de capacitação para gestores, capacitação para servidores técnicos administrativos e capacitação pedagógica para docentes novos e antigos.

Aula inaugural de ACS em Blumenau

Mais uma ETSUS iniciou a formação de Agentes Comunitários de Saúde. Em 14 de junho, a Escola de Blumenau realizou a aula inaugural do curso. A palestra, que foi proferida por Euzi Rodrigues, consultora técnica da SGTES/MS, teve a presença de 790 ACS, secretários de saúde, prefeitos, coordenadores do Programa de Saúde da Família e da equipe da Escola, entre eles professores e supervisores que trabalharão nesse curso.



ETSUS Espírito Santo cria curso Técnico de Vigilância em Saúde

O Núcleo de Educação e Formação em Saúde do Espírito Santo teve aprovado, pelo Sistema Educacional do Estado, o plano do curso Técnico de Vigilância em Saúde, que engloba os cursos de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica. De acordo com a Escola, a demanda por esse curso é muito grande devido à grande quantidade de técnicos que já trabalham com mais de uma área da vigilância nos municípios do estado.

O curso será composto por quatro módulos, num total de mais de 2 mil horas-aula. Cada fase representará

a formação em uma área da Vigilância em Saúde, podendo haver saídas intermediárias. Completando todos os módulos do curso, o aluno se formará técnico. Inicialmente, haverá um projeto-piloto com duas turmas de 36 alunos cada, atendendo aos cinco municípios da Grande Vitória. Ainda não há previsão para o início das aulas.

Segundo Naya Athayde, diretora da ETSUS, esse é um grande avanço para a Escola, que ainda está “batalhando para iniciar o curso de agentes comunitários de saúde” e para a Educação Profissional em Saúde.

‘Formação de Formadores’ para ACS em São Paulo

Os Centros Formadores de Pessoal para Saúde vinculados à Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo estão começando a segunda fase de formação inicial do Curso de Agente Comunitário de Saúde. Em maio, foi dado início a aproximadamente 130 novas turmas descentralizadas, que abrangem 192 municípios das regiões nordeste e noroeste paulista.

Para isso, por meio de uma ação educativa chamada ‘Formação de Formadores’, foram realizadas cinco oficinas nos municípios de Ribeirão Preto, Araraquara, Franca, São José do Rio Preto e Barretos, envolvendo 250 pro-



fissionais da área de saúde. A ação educativa incitou a reflexão sobre a dinâmica do processo ensino-serviço, buscando fortalecer o compromisso e pactuar ações e responsabilidades com a formação técnica para o SUS.

Profissionais aprendem digitação em Rondônia

O Centro de Educação Técnico-Profissional da Área de Saúde de Rondônia, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), realizou, no dia 1º de junho, a cerimônia de entrega de certificados a 44 servidores que participaram do Curso Básico de Digitação na Escola. O curso, que teve carga horária de 80 horas,

visa à melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Na celebração, estiveram presentes a diretora geral da ETSUS, Nancy Oliveira de Freitas, o secretário de estado de saúde, Milton Luiz Moreira, o governador do estado, Ivo Cassol e os demais gerentes e diretores das unidades de saúde da SESAU.

Pernambuco tem trabalhos selecionados para EXPOGEST

A ETSUS e a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco tiveram sete trabalhos selecionados para a 1ª EXPOGEST, Mostra Nacional de Vivências Inovadoras de Gestão do SUS. O evento, realizado pelo Ministério da Saúde no mês de junho, em Brasília, teve como objetivo divulgar e premiar projetos que, representando esforços de inovação na gestão pública, contribuam para o fortalecimento do SUS.

Para a mostra, foram selecionados trabalhos desenvolvidos por secretarias estaduais e municipais de saúde, bem como de organizações não-governamentais de todo o país. A experiência da ETSUS foi apresentada a partir dos trabalhos ‘Formação de ACS de Pernambuco como estratégia de reorganização e fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção das doenças na Atenção Básica’ e ‘Curso de Terapia Intensiva para auxiliares e técnicos de enfermagem em controle de infecção hospitalar e qualificação na assistência de enfermagem prestada’.

Turma de técnico de enfermagem é iniciada em Matrinchã, Goiás

O Centro de Educação Profissional em Saúde de Goiás iniciou, no dia 5 de junho, o curso Técnico de Enfermagem no município de Matrinchã. A turma é constituída por 26 alunos e foi viabilizada por meio de um convênio firmado entre a SES e a Prefeitura Municipal de Matrinchã. A aula inaugural teve em sua abertura a palestra de João Batista Moreira Melo, diretor do Departamento de Gestão Escolar da ETSUS, que em sua fala salientou a importância de iniciativas como essa para a Educação Profissional em Saúde.

Aluno ESPECIAL é foco da ETSUS Ceará

A Escola de Saúde Pública do Ceará não está medindo esforços na luta por uma formação técnica de qualidade. Dessa vez, os alvos da Escola são os alunos do curso técnico de enfermagem. A ETSUS dará prosseguimento a um projeto, iniciado em 2005, chamado 'Aluno ESP - Aluno ESPECIAL'. O movimento, organizado pela equipe técnica do Profae, foi criado com o objetivo de integrar as turmas de formação técnica em enfermagem e minimizar a distância que pode ser encontrada entre a instituição formadora e o aluno de turmas descentralizadas no interior do estado.

No ano passado, 'Primeiros Socorros quando um minuto vale uma vida' foi o tema abordado pelo projeto, que teve como participantes os alunos das últimas turmas de complementação de auxiliar para técnico de enfermagem. Foram feitas visitas de campo a hospitais de referência de Fortaleza, apresentações para aprofundamento do conhecimento da estrutura física da ETSUS e uma oficina prática de primeiros socorros. Para essa primeira experiência, a Escola reafirmou parcerias com as Células Regionais de Saúde, Prefeituras Municipais, o Hospital de Saúde Mental de Messejana e com o Hospital Dia – Lugar de Vida.



Em junho deste ano, 360 alunos do Projeto de Formação Técnica em Enfermagem, vinculado a 30 municípios do Pólo de Educação Permanente em Saúde de Sobral, também participaram do mesmo movimento, que agora trouxe como tema 'SUS – essa história é nossa!'. Os participantes abordaram a questão por meio de uma oficina de arte, na qual foi montada uma exposição de quadros e fotos, com o objetivo de passar a vivência histórica das políticas de saúde no Brasil. Também foram realizadas visitas a hospitais visando ao conhecimento prático da organização do sistema de saúde, com enfoque na microrregionalização.

Em dois anos de experiências com a estratégia educacional do movimento 'Aluno ESP – Aluno ESPECIAL', a ETSUS do Ceará procurou fazer com que o aluno compreendesse as várias dimensões do processo saúde-doença. Para isso, foram consideradas as práticas populares, o acesso aos serviços de saúde nos diversos níveis de atenção, o conhecimento do espaço social onde se está inserido e a abordagem da realidade política, social e cultural, de forma crítica-reflexiva no atendimento às necessidades da população.

ETSUS Sergipe inicia curso de ACS e THD

A cidade de Aracaju, em Sergipe, foi palco de mais uma conquista da Educação Profissional em Saúde. No dia 22 de maio, a ETSUS Sergipe realizou, no auditório do Teatro Atheneu, a aula inaugural dos cursos Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Higiene Dental. O evento contou com a presença do governador do estado, João Alves Filho, do secretário de estado da saúde, José Lima Santana, da Coordenadora de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS, Ena Galvão, e uma técnica da Secretaria, Núbia Brelaz.

Maria Antônia d'Ávila, diretora da Escola, afirmou que a implantação da ETSUS no Sergipe é "um sonho dos sergipanos há mais de 20 anos". Para João Alves Filho, responsável pela abertura da solenidade, a implantação dessa Escola é muito importante para o aprimoramento dos serviços realizados pelos agentes de saúde em todo o estado. "A atuação dos agentes mudou o nível da saúde pública em todo o país, especialmente na região interiorana", afirmou, ao destacar que atualmente Sergipe tem 98% da população atendida por esses profissionais.

Ainda este ano, a ETSUS deverá iniciar a formação técnica de 1.160 agentes comunitários de saúde.